

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Em março de 2017, o governo de determinado estado da Federação declarou nulo ato que, de boa-fé, havia concedido vantagem pecuniária indevida aos ocupantes de determinado cargo a partir de janeiro de 2011.

Nessa situação hipotética,

- A** o ato de anulação do ato que havia concedido vantagem pecuniária ofendeu diretamente o princípio da proporcionalidade.
- B** o ato de anulação foi legal, pois atendeu a todos os preceitos legais e jurisprudenciais sobre a extinção dos atos administrativos.
- C** o correto seria a revogação do ato, e não a sua anulação.
- D** a declaração de nulidade do ato é nula de pleno direito, pois ocorreu a decadência do direito.
- E** o princípio da autotutela da administração pública protege o ato de anulação determinado pelo governo.

QUESTÃO 32

A entidade caracterizada por ser pessoa jurídica de direito privado criada por lei específica, com totalidade de capital público e forma organizacional livre, é denominada

- A** empresa pública.
- B** sociedade de economia mista.
- C** consórcio público.
- D** fundação pública.
- E** autarquia federal.

QUESTÃO 33

De acordo com o entendimento do STJ, no curso da ação de improbidade administrativa, a decretação da indisponibilidade de bens do réu dependerá da

- A** constatação da inexistência de meios de prestação de caução.
- B** presença de fortes indícios da prática do ato imputado.
- C** prova de dilapidação do patrimônio.
- D** presença do *periculum in mora* concreto.
- E** prova da impossibilidade de recuperação do patrimônio público.

QUESTÃO 34

A administração pública de determinado município brasileiro constatou o funcionamento irregular de um estabelecimento que comercializava refeições. Nessa hipótese,

- I** se houver tentativa do proprietário para impedir o fechamento do estabelecimento, a administração poderá utilizar-se da força pública, independentemente de decisão liminar.
- II** a administração, com a utilização de seus próprios meios, poderá impedir o funcionamento do estabelecimento.
- III** a administração estará impedida de utilizar o critério da discricionariedade para impedir o funcionamento do estabelecimento.
- IV** a administração deverá utilizar a polícia judiciária para executar o ato de impedir o funcionamento do estabelecimento.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 35

O prédio onde funciona a delegacia de polícia de determinado município é de propriedade do respectivo estado da Federação.

Nessa situação hipotética,

- A** a desafetação do prédio resultará em sua reversão para bem de uso comum.
- B** se for abandonado, o prédio poderá ser objeto de usucapião, desde que *pro misero*.
- C** o prédio poderá ser adquirido por terceiros.
- D** o prédio poderá ser objeto de hipoteca legal.
- E** o prédio está na categoria de bem dominical.

QUESTÃO 36

O delegado de polícia de determinado município solicitou o aditamento do valor, a ampliação do objeto e a prorrogação de contrato administrativo regulado pela Lei de Licitações e Contratos que tem por objeto a prestação de serviços educacionais a serem executados de forma contínua: curso de língua inglesa ministrado aos policiais lotados na sua delegacia.

Nessa situação hipotética,

- A** a possibilidade de prorrogação do contrato administrativo dependerá de seu tempo de vigência.
- B** se a vigência do contrato estiver encerrada, a sua prorrogação, nos termos requeridos pelo delegado de polícia, será considerada um novo contrato.
- C** se ficar comprovada a economicidade, a ampliação do objeto poderá incluir outras línguas estrangeiras.
- D** ficará dispensada a análise de condições mais vantajosas do ponto de vista econômico, por já ter sido feita essa análise na etapa da licitação.
- E** se o aditamento do valor ultrapassar o limite legal, o contrato de prestação de serviços será considerado um novo contrato.

QUESTÃO 37

A fiscalização exercida pelo TCU na prestação de contas de convênio celebrado entre a União e determinado município, com o objetivo de apoiar projeto de educação sexual voltada para o adolescente, insere-se no âmbito do controle

- A provocado.
- B meritório.
- C subordinado.
- D prévio.
- E vinculado.

QUESTÃO 38

Um delegado de polícia, ao tentar evitar ato de violência contra um idoso, disparou, contra o ofensor, vários tiros com revólver de propriedade da polícia. Por erro de mira, o delegado causou a morte de um transeunte.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil do Estado

- A dependerá da prova de culpa *in eligendo*.
- B dependerá de o delegado estar, no momento da ocorrência, de serviço.
- C dependerá da prova de ter havido excesso por parte do delegado.
- D existirá se ficar provado o nexo de causalidade entre o dano e a ação.
- E será excluída se o idoso tiver dado causa ao crime.

QUESTÃO 39

Enquanto uma rodovia municipal era reformada, o município responsável utilizou, como meio de apoio à execução das obras, parte de um terreno de particular.

Nessa hipótese, houve o que se denomina

- A servidão administrativa.
- B limitação administrativa.
- C intervenção administrativa supressiva.
- D ocupação temporária.
- E requisição administrativa.

QUESTÃO 40

Configura hipótese de inexigibilidade de licitação a

- A prestação de serviço de natureza singular para a divulgação de campanha educacional dirigida à população.
- B aquisição de serviço de informática prestado por empresa pública que tenha sido criada para esse fim específico.
- C aquisição de gêneros perecíveis, enquanto durar o processo licitatório correspondente, desde que realizada com base no preço do dia.
- D aquisição de armamento de determinada marca, desde que justificada a escolha por motivos de segurança pública.
- E contratação, por intermédio de empresário exclusivo, de cantor consagrado pela crítica especializada.

QUESTÃO 41

O método de interpretação da Constituição que, por considerá-la um sistema aberto de regras e princípios, propõe que se deva encontrar a solução mais razoável para determinado caso jurídico partindo-se da situação concreta para a norma, é denominado método

- A hermenêutico clássico.
- B científico-espiritual.
- C tópico-problemático.
- D normativo-estruturante.
- E hermenêutico concretizador.

QUESTÃO 42

Uma proposta de emenda constitucional tramita em uma das casas do Congresso Nacional, mas determinados atos do seu processo de tramitação estão incompatíveis com as disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, terá legitimidade para impetrar mandado de segurança a fim de coibir os referidos atos

- A partido político.
- B governador de qualquer estado da Federação, desde que este seja afetado pela matéria da referida emenda.
- C o Conselho Federal da OAB.
- D o procurador-geral da República.
- E parlamentar federal.

QUESTÃO 43

Em determinado estado da Federação, um juiz de direito estadual, um promotor de justiça estadual e um procurador do estado cometeram, em momentos distintos, crimes comuns dolosos contra a vida. Não há conexão entre esses crimes. Sabe-se que a Constituição do referido estado prevê que crimes comuns praticados por essas autoridades sejam processados e julgados pelo respectivo tribunal de justiça.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, será do tribunal do júri a competência para processar e julgar somente o

- A promotor de justiça.
- B juiz de direito.
- C procurador do estado e o promotor de justiça.
- D promotor de justiça e o juiz de direito.
- E procurador do estado.

QUESTÃO 44

Aprovada pela assembleia legislativa de um estado da Federação, determinada lei conferiu aos delegados de polícia desse estado a prerrogativa de ajustar com o juiz ou a autoridade competente a data, a hora e o local em que estes serão ouvidos como testemunha ou ofendido em processos e inquéritos.

Nessa situação hipotética, a lei é

- Ⓐ constitucional, pois, apesar de tratar de matéria de competência privativa da União, o estado legislou sobre procedimentos de âmbito estadual.
- Ⓑ constitucional, pois trata de matéria de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- Ⓒ constitucional, pois trata de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.
- Ⓓ inconstitucional, pois o estado legislou sobre direito processual, que é matéria de competência privativa da União.
- Ⓔ inconstitucional, pois o estado legislou sobre normas gerais de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.

QUESTÃO 45

No estado de Mato Grosso, Pedro cometeu crime contra a economia popular; Lucas cometeu crime de caráter transnacional contra animal silvestre ameaçado de extinção; e Raí, um agricultor, cometeu crime comum contra índio, no interior de reserva indígena, motivado por disputa sobre direitos indígenas.

Nessa situação hipotética, a justiça comum estadual será competente para processar e julgar

- Ⓐ somente Pedro e Raí.
- Ⓑ somente Lucas e Raí.
- Ⓒ Pedro, Lucas e Raí.
- Ⓓ somente Pedro.
- Ⓔ somente Pedro e Lucas.

QUESTÃO 46

O boliviano Juan e a argentina Margarita são casados e residiram, por alguns anos, em território brasileiro. Durante esse período, nasceu, em território nacional, Pablo, o filho deles.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF, Pablo será considerado brasileiro

- Ⓐ naturalizado, não podendo vir a ser ministro de Estado da Justiça.
- Ⓑ nato e poderá vir a ser ministro de Estado da Defesa.
- Ⓒ nato, mas não poderá vir a ser presidente do Senado Federal.
- Ⓓ naturalizado, não podendo vir a ser presidente da Câmara dos Deputados.
- Ⓔ naturalizado e poderá vir a ocupar cargo da carreira diplomática.

QUESTÃO 47

De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a condenação criminal de um parlamentar federal em sua sentença transitada em julgado resultará na

- Ⓐ perda de seus direitos políticos, cabendo à casa legislativa a decisão acerca da manutenção de seu mandato legislativo.
- Ⓑ suspensão de seus direitos políticos, mas a perda de seu mandato legislativo dependerá de decisão da Câmara dos Deputados.
- Ⓒ suspensão de seus direitos políticos, com a consequente perda automática de seu mandato.
- Ⓓ cassação de seus direitos políticos, o que levará também à perda automática de seu mandato legislativo.
- Ⓔ perda de seus direitos políticos, o que acarretará a perda automática de seu mandato legislativo.

QUESTÃO 48

Com referência ao *habeas corpus* e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

- I Não caberá *habeas corpus* nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.
- II O *habeas corpus* é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontre sob disputa judicial.
- III Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de *habeas corpus*.
- IV O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

QUESTÃO 49

De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, lei municipal que impedir a instalação de mais de um estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área do município será considerada

- Ⓐ inconstitucional, por ofender o princípio da livre concorrência.
- Ⓑ inconstitucional, por ofender o princípio da busca do pleno emprego.
- Ⓒ constitucional, por versar sobre assunto de interesse exclusivamente local.
- Ⓓ constitucional, por não ofender o princípio da defesa do consumidor.
- Ⓔ inconstitucional, por ofender o princípio da propriedade privada.

QUESTÃO 50

Os princípios fundamentais e os objetivos prioritários do estado de Mato Grosso expressamente previstos na Constituição estadual incluem

- A** construir uma sociedade livre, solidária e desenvolvida.
- B** promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo ou cor.
- C** assegurar o desenvolvimento nacional e regional.
- D** reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- E** erradicar a pobreza e a marginalização.

QUESTÃO 51

De acordo com o entendimento do STF, a aplicação do princípio da insignificância pressupõe a constatação de certos vetores para se caracterizar a atipicidade material do delito. Tais vetores incluem o(a)

- A** reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.
- B** desvalor relevante da conduta e do resultado.
- C** mínima periculosidade social da ação.
- D** relevante ofensividade da conduta do agente.
- E** expressiva lesão jurídica provocada.

QUESTÃO 52

João, ao trafegar com sua moto, foi surpreendido por policiais que encontraram em seu poder arma de fogo — revólver — de uso permitido. João trafegava com a arma sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Desarmamento e com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- A** O simples fato de João carregar consigo o revólver, por si só, não caracteriza crime, uma vez que o perigo de dano não é presumido pelo tipo penal.
- B** Se o revólver estiver com a numeração raspada, João estará sujeito à sanção prevista para o delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido ou restrito.
- C** O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável.
- D** O simples fato de João carregar consigo o revólver caracteriza o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- E** Se o revólver estiver desmuniado, o fato será atípico.

QUESTÃO 53

Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da doutrina majoritária sobre restrição da liberdade de ir e vir da vítima nos crimes contra o patrimônio. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- A** Júlio, com o auxílio de terceiros, simulou o próprio sequestro para extorquir seus familiares. Nessa situação, Júlio responderá pelo crime de extorsão mediante sequestro.
- B** Márcio tentou extorquir a família de Mara mediante o sequestro desta. Entretanto, policiais descobriram o cativo da vítima e libertaram-na sem que houvesse pagamento de resgate. Nessa situação, ante o fato de que a extorsão mediante sequestro integra o rol dos crimes contra o patrimônio, Márcio só responderia por tal crime se tivesse obtido a vantagem pretendida — o resgate.
- C** Aldo, com grave ameaça, coagiu José a entregar-lhe seu cartão de banco e informar sua senha. Lucas, comparsa de Aldo, manteve José preso em um carro enquanto Aldo sacava dinheiro da conta de José. Após tais fatos, Aldo e Lucas liberaram José em local distante para retardar o pedido de socorro à polícia. Nessa situação, Aldo e Lucas responderão pelo crime de roubo com aumento de pena.
- D** Jair praticou o crime de roubo contra Laura e, para tal, a manteve em seu poder por curtíssimo tempo, destinado unicamente à subtração de bens de propriedade dela. Nessa situação, a despeito de Laura ter ficado em poder de Jair por curtíssimo tempo, tal fato constituirá causa de aumento de pena.
- E** Um policial civil, fora do exercício de suas funções, praticou extorsão mediante sequestro. Nessa situação, o policial responderá pelo referido crime e, também, pelo crime de abuso de autoridade.

QUESTÃO 54

José entrou em um ônibus de transporte público e, ameaçando os passageiros com uma arma de fogo, subtraiu de diversos deles determinadas quantias em dinheiro.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores,

- A** a prática do delito contra vítimas diferentes em um mesmo contexto e mediante uma só ação configurou concurso material.
- B** a simples inversão da posse dos bens — dos passageiros para José — não consumou o crime de roubo; para tal, seria necessária a posse mansa e pacífica ou desvigiada dos valores subtraídos por José.
- C** o fato de o delito ter sido praticado em ônibus de transporte público de passageiros será causa de aumento de pena.
- D** se a arma utilizada no crime fosse de brinquedo e, ainda assim, tivesse causado fundado temor nas vítimas, deveria ser aplicada majorante do crime de roubo.
- E** o crime de porte de arma será absorvido pelo crime de roubo, ante os fatos de haver nexos de dependência entre as duas condutas e de os delitos terem sido praticados em um mesmo contexto fático.

QUESTÃO 55

Jessé foi preso em flagrante por ter soltado fogos de artifício para avisar traficantes da chegada de vários policiais a determinada comunidade. Em seguida, esses policiais prenderam Paulo, Joaquim e João, conhecidos traficantes, em associação, na posse de grande quantidade de cocaína escondida em uma birosca, um conhecido ponto de venda de drogas. Concluído o inquérito policial, todos foram denunciados pelo MP.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Se, no curso do processo, provar-se que Jessé, na condição de fogueteiro, além de atuar como informante do grupo criminoso, com este está associado de forma estável e permanente para a traficância, então a condenação dele deverá dar-se pela colaboração como informante em concurso material com a associação para o tráfico.
- B** Se ficar comprovado que Jessé, além de atuar como fogueteiro/informante, financia o tráfico de drogas, então a sua condenação terá de se dar pela colaboração como informante em concurso material com associação para o tráfico.
- C** No caso de Paulo, Joaquim e João, a existência de liame subjetivo estável e permanente para a traficância implica em condenação pelo crime de tráfico de drogas com a incidência da causa de aumento de pena pelo concurso de agentes.
- D** A condenação de Paulo, Joaquim e João deverá dar-se pelo crime de tráfico de drogas em concurso material com associação para o tráfico, desde que essa associação tenha se dado de forma não reiterada.
- E** Caso prove que atuava apenas como fogueteiro, colaborando na condição de mero informante do grupo criminoso, Jessé poderá ser absolvido, por se tratar de conduta atípica.

QUESTÃO 56

Com referência aos parâmetros legais da dosimetria da pena para os crimes elencados na Lei n.º 11.343/2006 — Lei Antidrogas — e ao entendimento dos tribunais superiores sobre essa matéria, assinale a opção correta.

- A** A personalidade e a conduta social do agente não preponderam sobre outras circunstâncias judiciais da parte geral do CP quando da dosimetria da pena.
- B** A natureza e a quantidade da droga são circunstâncias judiciais previstas na parte geral do CP.
- C** A natureza e a quantidade da droga não preponderam sobre outras circunstâncias judiciais da parte geral do CP quando da dosimetria da pena.
- D** A natureza e a quantidade da droga apreendida não podem ser utilizadas, concomitantemente, na primeira e na terceira fase da dosimetria da pena, sob pena de *bis in idem*.
- E** As circunstâncias judiciais previstas na parte geral do CP podem ser utilizadas para aumentar a pena base, mas a natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas na primeira fase da dosimetria da pena.

QUESTÃO 57

A respeito de crimes de mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução, com vínculo subjetivo entre os eventos, assinale a opção correta considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** A lei penal mais grave aplicar-se-á ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência for posterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência.
- B** Admite-se a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e de latrocínio.
- C** A continuidade delitiva pode ser reconhecida quando se tratar de delitos de mesma espécie ocorridos em comarcas limítrofes ou próximas.
- D** Nos crimes dolosos contra vítimas diferentes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o aumento da pena pelo crime continuado encontra fundamento na gravidade do delito.
- E** O prazo prescricional será regulado pela pena imposta na sentença, com o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

QUESTÃO 58

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta com relação aos crimes contra a dignidade sexual.

- A** Delitos de estupro e atentado violento ao pudor, por estarem descritos em tipos penais distintos, não podem ser caracterizados como crime único.
- B** Vítima do sexo masculino não pode ser sujeito passivo do crime de estupro, pois a caracterização desse tipo penal demanda a conjunção carnal.
- C** Se a conjunção carnal decorrer de um ardil que leve a vítima a enganar-se quanto à identidade pessoal do agente, este responderá pelo crime de estupro.
- D** Estupro e atentado violento ao pudor cometidos contra a mesma vítima e no mesmo contexto devem ser tratados como concurso material de crimes.
- E** Presentes os requisitos legais, admite-se a continuidade delitiva entre estupro e atentado violento ao pudor quando praticados contra vítimas diversas ou fora do mesmo contexto.

QUESTÃO 59

A respeito do crime de lavagem de dinheiro praticado ao se adquirir bens com o produto de crime antecedente, perpetrado por organização criminosa de que o agente seja integrante, assinale a opção correta.

- A** O juiz poderá decretar medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores para a reparação de dano decorrente do branqueamento de capitais, mas não daquele decorrente da infração penal antecedente.
- B** O juiz não poderá determinar, por iniciativa própria, a alienação antecipada de bens constritos, sob a alegação de preservação do valor desses bens.
- C** Se o agente acordar com a justiça a colaboração premiada, poderá obter o perdão judicial, mesmo que o acordo ocorra posteriormente à sentença.
- D** No caso de colaboração premiada, as proposições do acordo serão formuladas pelo juiz, juntamente com o MP e com o delegado de polícia, e, se for aceito, o acordo será homologado judicialmente.
- E** O juiz poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado, independentemente de requerimento do MP ou representação do delegado de polícia.

QUESTÃO 60

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta com relação aos crimes contra a administração pública.

- A Não se admite o agravamento da pena base no delito de peculato com fundamento no elevado prejuízo causado aos cofres públicos, a título de consequências do crime.
- B Seria impertinente aplicar a agravante referente a violação de dever inerente ao cargo ao diretor de uma penitenciária que permitisse aos presos o livre acesso a telefones celulares para a comunicação com o ambiente externo, devido ao fato de tal permissão já configurar elementar do crime praticado contra a administração pública.
- C Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa: eles são interdependentes e a comprovação de um deles pressupõe a do outro.
- D A reparação do dano antes do recebimento da denúncia exclui o crime de peculato doloso.
- E Admite-se a aplicação do princípio da insignificância para o crime de peculato, desde que o valor patrimonial subtraído seja irrisório.

QUESTÃO 61

O princípio da paridade de armas (*par condicio*)

- A não é aplicável ao processo penal brasileiro em face do sistema acusatório.
- B se aplica ao processo penal de forma absoluta.
- C é também denominado princípio do contraditório.
- D é exercido sem restrições no âmbito do inquérito policial.
- E é mitigado na ação penal pública pelo princípio da oficialidade.

QUESTÃO 62

Quando da entrada em vigor da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, foi imposta como condição de procedibilidade a representação do ofendido nos casos de lesão corporal leve ou culposa. Nas ações em andamento à época, as vítimas foram notificadas a se manifestar quanto ao prosseguimento ou não dos feitos. Nesse caso, o critério adotado no que se refere às leis processuais no tempo foi o da

- A interpretação extensiva.
- B retroatividade.
- C territorialidade.
- D extraterritorialidade.
- E irretroatividade.

QUESTÃO 63

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

- I A gravidade em abstrato do crime justifica a prisão preventiva com base na garantia da ordem pública, representando, por si só, fundamento idôneo para a segregação cautelar do réu.
- II As medidas cautelares pessoais são decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, no curso da ação penal, ou no curso da investigação criminal, somente por representação da autoridade policial ou a requerimento do MP.
- III Em razão do sistema processual brasileiro, não é possível ao magistrado determinar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado na fase de investigação criminal ou pré-processual.
- IV A inafiançabilidade dos crimes hediondos e daqueles que lhes são assemelhados não impede a concessão judicial da liberdade provisória sem fiança.
- V A fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, como substituição da prisão em flagrante ou da prisão preventiva anteriormente decretada.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 64

Conforme súmula do STF, é direito do advogado do investigado o acesso aos autos do inquérito policial. Nesse sentido, o advogado do investigado

- A deverá obrigatoriamente participar do interrogatório policial do investigado, sob pena de nulidade absoluta do procedimento.
- B terá acesso às informações concernentes à representação e decretação, ainda pendentes de conclusão, de medidas cautelares pessoais que digam respeito ao investigado, excluindo-se aquelas que alcancem terceiros eventualmente envolvidos.
- C terá direito ao pleno conhecimento, sem restrições, de todas as peças e atos da investigação.
- D deverá ser comunicado previamente de todas as intimações e diligências investigativas que digam respeito ao exercício do direito de defesa no interesse do representado.
- E terá acesso amplo aos elementos constantes em procedimento investigatório que digam respeito ao indiciado e que já se encontrem documentados nos autos.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta no que se refere à ação penal.

- A** Aplica-se a preempção como forma extintiva da punibilidade às ações penais exclusivamente privadas e às ações privadas subsidiárias das públicas.
- B** O princípio da indivisibilidade, quando não observado, impõe ao juiz a rejeição da denúncia nas ações penais públicas.
- C** Há legitimidade concorrente do ofendido e do MP para a persecução de crimes contra a honra de funcionário público em razão de suas funções.
- D** Na ação penal privada, todas as manifestações de disponibilidade pelo ofendido serão extensivas a todos os réus e(ou) responsáveis pelo fato delituoso, independentemente de qualquer reserva ou condição apresentada por eles.
- E** Diante de concurso formal entre um delito de ação penal pública e outro de ação penal privada, caberá ao representante do MP oferecer denúncia em relação aos dois crimes.

QUESTÃO 66

O requerimento de arquivamento do inquérito policial formulado pelo MP

- A** está sujeito, exclusivamente, a controle interno do próprio MP, de ofício ou por provocação do ofendido.
- B** não poderá ser indeferido, em respeito aos princípios da independência funcional e do promotor natural.
- C** não está sujeito a controle jurisdicional nos casos de competência originária do STF ou do STJ.
- D** está sujeito a controle jurisdicional, devendo o juiz do feito, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, designar outro membro do MP para o oferecimento da denúncia.
- E** defere ao ofendido, quando acolhido pelo juiz, o direito de ingressar com ação penal subsidiária por via de queixa-crime.

QUESTÃO 67

Quanto à fluência dos prazos no processo penal, assinale a opção correta.

- A** Para a defensoria pública, os prazos contam-se da data do recebimento dos autos, com vista naquele órgão, e não da aposição no processo do ciente de seu membro.
- B** O prazo para a interposição de apelação pelo assistente de acusação, habilitado ou não, será de quinze dias a contar do término do prazo do MP.
- C** Tanto para o MP quanto para a defensoria pública, os prazos contam-se em dobro.
- D** Notadamente nos prazos de comunicação, a regra é a fluência do prazo a partir da juntada do mandado.
- E** Para efeitos de contagem de prazo, considera-se intimado o representante do MP por meio de publicação na imprensa oficial ou por via de mandado judicial.

QUESTÃO 68

Acerca dos procedimentos e pressupostos legais da interceptação telefônica, assinale a opção correta.

- A** É possível a interceptação telefônica em investigação criminal destinada a apuração de delito de ameaça ocorrido em âmbito doméstico e abrangido pela Lei Maria da Penha.
- B** Pode o juiz, excepcionalmente, admitir o pedido de interceptação telefônica feito pela autoridade policial de forma verbal, condicionada a sua concessão à redução do pedido a termo.
- C** No curso das investigações e no decorrer da instrução criminal, a interceptação telefônica poderá ser determinada de ofício pelo juiz.
- D** Decisão judicial que indefira pedido de interceptação telefônica formulado por autoridade policial será irrecorrível; aquela decisão que indeferir requerimento formulado pelo MP poderá ser impugnada por recurso em sentido estrito.
- E** A interceptação telefônica inicialmente realizada sem autorização judicial poderá, mediante consentimento dos interlocutores, ser validada posteriormente pelo juiz da causa.

QUESTÃO 69

Acerca das disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias aplicáveis à prova no âmbito do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** Vícios existentes na oitiva de testemunhas na fase de inquérito policial têm o condão de tornar nula a subsequente ação penal condenatória.
- B** Se o interrogado, após inquirição da autoridade policial, recusar-se a assinar o termo, deverá colher-se a assinatura a rogo e proceder-se, em regra, à identificação papiloscópica do indiciado.
- C** Na ação penal pública, a vítima tem o dever de depor, podendo ser alvo de condução coercitiva se, intimada, deixar de comparecer ao juízo sem justo motivo.
- D** De acordo com o princípio do livre convencimento motivado, a decisão judicial condenatória poderá ser fundamentada exclusivamente nos elementos probatórios coletados durante o inquérito policial.
- E** O exame pericial para a constatação de falsidade documental abrange tanto a falsidade ideológica quanto a falsidade material.

QUESTÃO 70

A polícia civil instaurou e concluiu o inquérito policial relativo a roubo havido em uma agência franqueada dos Correios. Encaminhados os autos à justiça estadual, o órgão do MP ofereceu denúncia contra os autores, a qual foi recebida pelo juízo competente.

Nessa situação hipotética, conforme o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos aspectos processuais que definem a competência para processar e julgar delitos,

- A** por ser o sujeito passivo do delito uma empresa pública federal franqueada, a competência para o processo e o julgamento do crime será da justiça federal.
- B** por se tratar de uma agência franqueada de uma empresa pública, a competência para o processo e o julgamento do crime será da justiça estadual.
- C** a competência para o processo e o julgamento do crime será concorrente, tornando-se prevento o juízo que receber a peça inaugural.
- D** o critério balizador para determinar a competência do juízo será exclusivamente territorial.
- E** a polícia civil e o MP estadual não têm competência para a persecução pré-processual e processual do delito, respectivamente.

QUESTÃO 71

Conforme a Lei Complementar n.º 407/2010, assinale a opção que apresenta o órgão de execução programática da PJC/MT que atua como órgão central de inteligência, auxilia a direção superior e assessora o delegado-geral e que é dirigido por delegado de polícia da ativa, classe especial, possuidor do curso superior de polícia e capacitação em inteligência.

- A** Diretoria de Inteligência
- B** Gerência de Inteligência Policial
- C** Gerência de Inteligência Estratégica
- D** Gerência de Contrainteligência
- E** Coordenadoria de Inteligência

QUESTÃO 72

A autorização para que uma empresa especializada em transporte de valores funcione em determinado estado caberá

- A** à secretaria de segurança pública do estado, mediante convênio, sendo vedado autorizar o uso de espingardas de calibres 12, 16 ou 20, ainda que de uso permitido.
- B** à secretaria de segurança pública do estado, mediante convênio, à qual caberá fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.
- C** ao Ministério da Justiça, por meio de seu órgão competente, ao qual também caberá aprovar o uniforme da empresa.
- D** ao Ministério da Justiça, por meio de seu órgão competente, e terá validade de dez anos, quando deverá ser revista.
- E** à secretaria de segurança pública do estado, mediante convênio, à qual caberá autorizar a aquisição das armas de fogo que forem necessárias à prestação do referido serviço.

QUESTÃO 73

Determinada pessoa física necessita, em caráter eventual, reciclar produto químico controlado — por previsão em portaria do ministro de Estado da Justiça — que pode ser utilizado como insumo na elaboração de substância entorpecente que não está sob controle do órgão competente do Ministério da Saúde.

Nesse caso hipotético, para reciclar o referido produto, a pessoa física em questão

- A** não dependerá de qualquer autorização, uma vez que a atividade pretendida é eventual.
- B** precisará de autorização judicial específica.
- C** necessitará de autorização do ministro de Estado da Justiça.
- D** deverá obter autorização especial do DPF.
- E** necessitará de autorização da secretaria de segurança pública do estado onde ela estiver estabelecida.

QUESTÃO 74

No ano de 2016, um delegado de polícia utilizou agente de polícia e recursos materiais da delegacia em que estava lotado em atividades particulares. Esse fato tornou-se conhecido em 2017.

Nessa situação hipotética, o referido delegado de polícia está sujeito, segundo a Lei Complementar n.º 4/1990, à penalidade disciplinar de

- A** suspensão, cuja ação disciplinar prescreverá em dois anos a contar de 2017, com interrupção da prescrição se houver abertura de sindicância para a apuração do ocorrido.
- B** suspensão, cuja ação disciplinar prescreverá em dois anos a contar de 2016, com interrupção da prescrição se houver abertura de sindicância para a apuração do ocorrido.
- C** suspensão, cuja ação disciplinar prescreverá em cinco anos a contar de 2017, sem interrupção da prescrição, mesmo que haja abertura de sindicância para a apuração do ocorrido.
- D** demissão, cuja ação disciplinar prescreverá em cinco anos a contar de 2016, com interrupção da prescrição se houver abertura de sindicância para a apuração do ocorrido.
- E** demissão, cuja ação disciplinar prescreverá em cinco anos a contar de 2017, com interrupção da prescrição se houver abertura de sindicância para a apuração do ocorrido.

QUESTÃO 75

Ana e Pedro são policiais civis do estado de Mato Grosso. Ambos possuem vinte e cinco anos de contribuição para o respectivo instituto de previdência e quinze anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei Complementar Estadual n.º 401/2010 e suas alterações, a aposentadoria voluntária poderá ser concedida

- A** somente a Ana, independentemente da idade que ela tiver.
- B** somente a Ana, desde que ela tenha pelo menos cinquenta anos de idade.
- C** a Ana e a Pedro, desde que cada um deles tenha pelo menos cinquenta e cinco anos de idade.
- D** a Ana e a Pedro, desde que cada um deles tenha pelo menos cinquenta anos de idade.
- E** a Ana e a Pedro, independentemente da idade que cada um deles tenha.

QUESTÃO 76

O inquérito policial instaurado por delegado de polícia para investigar determinado crime

- A** não poderá ser avocado, nem mesmo por superior hierárquico.
- B** poderá ser avocado por superior hierárquico somente no caso de não cumprimento de algum procedimento regulamentar da corporação.
- C** poderá ser redistribuído por superior hierárquico, devido a motivo de interesse público.
- D** poderá ser avocado por superior hierárquico, independentemente de fundamentação em despacho.
- E** não poderá ser redistribuído, nem mesmo por superior hierárquico.

QUESTÃO 77

Se o titular de secretaria de determinado estado da Federação for sequestrado e o caso tiver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, então a investigação a ser feita pelo DPF

- A** dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime tiver motivação política.
- B** dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime acontecer por motivação política.
- C** independência de autorização, se o crime for cometido em razão da função pública exercida ou por motivação política.
- D** dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime ocorrer em razão da função pública exercida.
- E** dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime se der em razão da função pública exercida.

QUESTÃO 78

Considere as seguintes disposições.

- I Todo indivíduo tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
- II As finalidades essenciais das penas privativas da liberdade incluem a compensação, a retribuição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- III Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais e desportivos.
- IV É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Decorrem da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto n.º 678/1992) apenas as disposições contidas nos itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

QUESTÃO 79

O indivíduo estrangeiro que atentar contra a moralidade pública brasileira será passível de

- A** expulsão, se o ato não implicar extradição inadmitida pela legislação brasileira.
- B** extradição, cabendo ao STF apreciar o caráter da infração.
- C** expulsão por ato do ministro de Estado da Justiça.
- D** extradição mediante decreto do presidente da República.
- E** deportação, desde que isso seja conveniente aos interesses nacionais.

QUESTÃO 80

Desde quinze dias antes de uma eleição municipal, salvo em caso de flagrante delito, nenhuma autoridade poderá prender ou deter

- A** delegado de partido.
- B** fiscal de partido.
- C** candidato.
- D** eleitor.
- E** membro de mesa receptora.

Espaço livre